



Pitangueira S.A.

Demonstrações Financeiras referente ao período findo em 31 de dezembro de
2025 e Relatório dos Auditores Independentes

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia é uma sociedade de capital fechado, controlada pela Klabin S.A. (“Klabin”), e tem como principal objetivo a exploração de atividades imobiliárias relacionadas à gestão e à disponibilização de áreas rurais.

No âmbito de suas operações, a Companhia detém imóveis rurais que são destinados ao cultivo de florestas plantadas, principalmente pinus e eucalipto. A utilização dessas áreas ocorre por meio de contratos de arrendamento oneroso firmados com empresas do grupo Klabin, os quais estabelecem as condições de uso, remuneração e demais obrigações entre as partes.

Por meio dessa estrutura, a Companhia contribui para a organização e gestão eficiente dos ativos imobiliários, viabilizando a utilização produtiva das áreas florestais e apoiando a estratégia de longo prazo da Klabin no desenvolvimento de suas atividades florestais e industriais.

Administração



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Pitangueira S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pitangueira S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de cinco meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de cinco meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Pitangueira S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

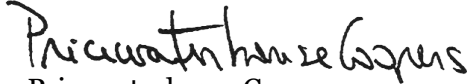
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Pitangueira S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	6
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	9
1. INFORMAÇÕES GERAIS	10
2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	10
3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS, REVISÕES E INTERPRETAÇÕES	12
4. PRINCIPAIS EVENTOS DO PERÍODO	13
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13
6. PARTES RELACIONADAS	14
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	15
8. IMOBILIZADO	16
9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17
10. RECEITA LÍQUIDA	18
11. RESULTADO FINANCEIRO	19

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota Explicativa	31.12.2025
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.157
Partes relacionadas	6	3.985
Total do ativo circulante		27.142
Não circulante		
Imobilizado	8	972.077
Total do ativo não circulante		972.077
Total do ativo		999.219

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PASSIVO	Nota Explicativa	31.12.2025
Circulante		
Fornecedores		31
Obrigações fiscais		145
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	514
Total do passivo circulante		690
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	14.226
Total do passivo não circulante		14.226
Total do passivo		14.916
Patrimônio líquido		
Capital social		744.603
Reservas de capital		229.861
Ajustes de avaliação patrimonial		9.895
Prejuízo acumulados		(56)
Patrimônio líquido	9	984.303
Total do passivo e patrimônio líquido		999.219

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	31.12.2025
Receita líquida de serviço	10	3.840
Lucro bruto		3.840
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		3.840
Receitas financeiras		242
Despesas financeiras		(3.626)
Resultado financeiro	11	(3.384)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		456
Correntes	7	(512)
Imposto de renda e contribuição social		(512)
Prejuízo do período		(56)
Resultado por ação		
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$		(0,0000)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	31.12.2025
Prejuízo do período	(56)
Resultado abrangente total do período	(56)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados acumulados	Patrimônio líquido
Em 23 de julho de 2025		-	-	-	-	-
Prejuízo do período		-	-	-	(56)	(56)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	(56)	(56)
Aumento de capital	4.2	96.647	-	-	-	96.647
Ágio na emissão de ações	4.2	-	229.861	-	-	229.861
Reorganização societária	4.1	647.956	-	9.895	-	657.851
Em 31 de dezembro de 2025		744.603	229.861	9.895	(56)	984.303

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras .

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota explicativa	31.12.2025
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		456
Ajustes por		
Despesa com juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	11	3.593
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes e partes relacionadas		(3.985)
Fornecedores e partes relacionadas		31
Obrigações fiscais		147
Caixa gerado nas operações		242
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		242
Atividade de Financiamento		
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	4.2	(300.000)
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures		(3.593)
Aumento de capital		326.508
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		22.915
Aumento de caixa e equivalentes		23.157
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		23.157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Pitangueira S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de julho de 2025, com sede na Fazenda Monte Alegre, s/nº, Sala Sapuva, na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, CEP 84275-000. A Companhia tem por objeto social a exploração de atividade imobiliária em imóveis próprios, em especial por meio de arrendamento, sem prejuízo das atividades de compra e venda e locação.

A Companhia tem como controladora a Klabin S.A., sociedade por ações, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 949 – Pinheiros.

A Klabin S.A. poderá exercer direito de preferência na compra das ações da Companhia pertencentes ao Investidor institucional, em opção facultativa a ser exercida entre 2029 e 2040, conforme condições comerciais previstas em acordo de acionistas, levando em consideração o valor líquido entre o capital investido subtraído do retorno obtido no período até o exercício da opção.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração.

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas abaixo ou apresentadas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente no período apresentado.

A diretoria financeira aprovou e autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 13 de março de 2026.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1 Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras abrangem o período compreendido entre 23 de julho de 2025 e 31 de dezembro de 2025. Em decorrência do início das atividades no curso do período, os valores apresentados refletem um período inferior a doze meses.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 2.2.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas abaixo ou apresentadas nas próprias notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente no período apresentado.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos biológicos ao seu valor justo.

2.2 Sumário das principais práticas contábeis materiais adotadas

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

b) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após 12 meses subsequentes à data-base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, se aplicável, até a data do balanço.

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os valores reais de realização ou liquidação dos ativos e passivos subjacentes podem diferir dessas estimativas.

Os itens materiais sujeitos a essas estimativas ou julgamentos são:

Nota Explicativa	Estimativas e Julgamentos críticos
7	Imposto de renda e contribuição social diferidos.

3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS, REVISÕES E INTERPRETAÇÕES

Os pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) são aplicados pela Companhia de acordo com suas respectivas datas de vigência.

Adicionalmente, o International Accounting Standards Board (“IASB”) continua emitindo novos pronunciamentos e revisões de normas existentes, os quais são incorporados ao arcabouço contábil brasileiro por meio do processo de convergência pelo CPC e entrarão em vigor em exercícios futuros. Os principais pronunciamentos e revisões emitidos até a data de autorização destas Demonstrações Financeiras estão apresentados a seguir:

Pronunciamentos e Revisões	Alteração / Aprimoramento	Aprovação	Vigência
<i>CPC 02 (R2) Efeito das mudanças nas taxas de câmbio</i>	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis que exigirão que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda.	05.07.2024	01.01.2025
<i>OCPC 10 - Créditos de Carbono</i>	Estabelece normas específicas para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização.	18.10.2024	01.01.2025
<i>CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação</i>	O traz esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados a ESG e desreconhecimento para liquidação dos passivos e ativos financeiros, além de introduzir requisitos de divulgação adicionais em relação a investimentos em instrumentos de patrimônio designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes.	30.05.2024	01.01.2026
<i>CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis</i>	Substitui o (CPC 26 (R1) e traz mudanças em relação a apresentação de categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração.	10.10.2025	01.01.2027

A Administração da Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes da adoção dos pronunciamentos e revisões que entrarão em vigor em exercícios futuros, à medida que tais normativos sejam regulamentados pelos órgãos competentes.

Com exceção do CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, cuja adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento, além de introduzir a obrigatoriedade de divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs), acompanhadas de reconciliações ao subtotal IFRS (*International Financial Reporting Standards*) mais comparável, descrição da metodologia de cálculo e justificativa de relevância, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção das demais normas em suas Demonstrações Financeiras.

4. PRINCIPAIS EVENTOS DO PERÍODO

4.1 Reorganização Societária

Em 03 de novembro de 2025, foram aprovadas as cisões parciais de ativos e passivos das sociedades Erva-Mate e Paraná, que envolveram a transferência de terrenos e debêntures simples para a Companhia. Adicionalmente, a Klabin realizou um aporte de terrenos. Como resultado dessas operações, houve aumento do capital social no montante de R\$ 647.956, registro de ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 9.895, reconhecimento de debêntures simples no valor de R\$ 300.000, terrenos no valor de R\$ 972.077 (nota explicativa 8) e R\$ 14.226 de imposto diferido (nota explicativa 7.2).

4.2 Aporte de acionistas

Em 03 de dezembro de 2025, em decorrência de acordo celebrado entre a Klabin S.A. e um investidor institucional, foram realizados novos aportes de capital na Companhia, totalizando R\$ 326.508, sendo R\$ 96.647 destinados a aumento de capital e R\$ 229.861 registrados em reserva de capital. Como resultado, a Companhia utilizou recursos de caixa para a quitação das debêntures simples com juros incorridos e passou a contar com um novo investidor em sua base acionária. Mais detalhes sobre a composição acionária estão apresentados na nota explicativa 9.1.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2025
Caixa e bancos - moeda nacional	15
Aplicações - moeda nacional	23.142
Total de caixa e equivalentes de caixa	23.157

Demonstrações Financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras compreendem Certificados de Depósitos Bancários com rentabilidade média de remuneração anual de 14,97%.

Política contábil

Representam os numerários, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um risco remoto de mudança de valor, de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1 Ativos com partes relacionadas

Ativo circulante	Natureza	31.12.2025
Klabin SA	Contas a receber pelo arrendamento de terras	242
Erva-Mate	Contas a receber pelo arrendamento de terras	2.939
Paraná	Contas a receber pelo arrendamento de terras	804
		3.985

6.2 Transações com partes relacionadas

Receita de vendas	Natureza	31.12.2025
Klabin SA	Vendas de produtos	242
Erva-Mate	Contas a receber pelo arrendamento de terras	2.939
Paraná	Contas a receber pelo arrendamento de terras	804
		3.985

Política contábil

As transações com partes relacionadas são referentes ao arrendamento de terras a preços e prazos definidos pelo contrato de arrendamento entre as partes.

Considerando, a característica de seus recebíveis a Companhia não constituiu “PECLD” (Perdas estimada de crédito e liquidação duvidosa) em 31 de dezembro de 2025.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

A Companhia está enquadrada no Lucro Presumido para determinação do IRPJ e CSLL. A base do lucro tributável é definida mediante aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12% sobre receita de vendas, para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) respectivamente. Os demais rendimentos auferidos pela Companhia são objeto de tributação pelo IRPJ e CSLL sem aplicação dos percentuais de presunção. Sobre essas bases são aplicadas as mesmas alíquotas do IRPJ e CSLL que se aplicam no regime do Lucro Real. A despesa de IRPJ e CSLL correntes podem ser assim demonstradas:

	31.12.2025
Imposto de renda corrente	375
Contribuição social corrente	137
Despesa de imposto de renda e contribuição social	512

7.1 Conciliação da alíquota efetiva

O IR e a CS são calculados com base no lucro presumido, como a seguir demonstrado:

	31.12.2025	
	Imposto de renda	Contribuição social
Receita bruta de vendas	3.985	3.985
Percentual de presunção	32%	32%
Base de cálculo	1.275	1.275
Rendimentos financeiros e outros	242	242
Base de cálculo - após acréscimos	1.517	1.517
Alíquota nominal	15%	9%
Tributo calculado sem adicional	(228)	(137)
Base de cálculo do adicional 10% do IR	1.298	-
Percentual adicional	10%	-
Tributo calculado com adicional	(147)	-
IR e CS no resultado	(375)	(137)

Política contábil

A Companhia optou pelo regime de lucro presumido, passando a calcular o Imposto de Renda (IRPJ) tomando como base 8% da receita de vendas e 100% da receita financeira; e calculando a Contribuição Social (CSLL) tomando como base 12% da receita de vendas e 100% da receita financeira. A opção pelo regime tributário é anual.

Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência.

A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do período é apresentada nos balanços patrimoniais líquida dos adiantamentos de imposto pagos durante o período, até o limite do imposto a pagar.

7.2 Natureza e expectativa de realização dos impostos diferidos

	31.12.2025	Outras movimentações
Custo atribuído ao ativo imobilizado (terras)	(5.097)	(5.097)
Outras diferenças temporárias de reorganização societária	(9.129)	(9.129)
Imposto diferido passivo	(14.226)	(14.226)
Saldo imposto diferido	(14.226)	(14.226)
Saldo passivo não circulante	(14.226)	

8. IMOBILIZADO

8.1 Composição do imobilizado

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo contábil de imobilizado era composto por terrenos da Companhia no montante de R\$ 972.077.

No período findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados indicadores de *impairment* que justificasse a elaboração de teste para recuperabilidade do ativo.

8.2 Movimentação do imobilizado

	Nota Explicativa	Terrenos	Total
Em 31 de dezembro de 2024		-	-
Reorganização societária	4.1	972.077	972.077
Em 31 de dezembro de 2025		972.077	972.077

Política contábil

De acordo com o CPC 27 – Ativo Imobilizado, o ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

Sempre que existe algum indicativo, a Companhia avalia se existe indicativos de não recuperabilidade do valor contábil de seus ativos. Existindo, é preparado teste de *impairment* e reconhecida provisão pela diferença entre o valor contábil dos ativos e seu valor realizável líquido (considerado dos dois o maior, valor em uso ou valor de venda, deduzidos os respectivos custos de transação). No período findo em 31 de dezembro de 2025 não foram identificados indicativos de perda ao valor recuperável.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é composto por:

<u>Acionistas</u>	31.12.2025	
	Ações ordinárias ON	Ações preferenciais PN
Klabin	684.363.158	-
Investidor institucional	-	237.279.474
Total de ações	684.363.158	237.279.474
	921.642.632	

As ações ordinárias conferem ao seu titular o direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia. As ações preferenciais terão as seguintes características:

- i) terá direito restrito a voto;
- ii) terá direito ao recebimento de dividendos 85% do Lucro Líquido auferido pela Companhia em cada exercício, e
- iii) terá prioridade no reembolso do capital, com prêmio.

9.2 Reservas de capital

São constituídas por transações com acionistas que não transitam pela demonstração de resultado. Podem ser utilizadas para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros e resgate, reembolso e compra de ações.

9.3 Reservas de lucro

São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, subsequente à destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% e à constituição das diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir:

- (i) **Reserva legal:** a reserva legal é constituída pelo percentual de 5% do lucro líquido conforme estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia.

9.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Criado pela Lei 11.638/07, o grupo de “ajustes de avaliação patrimonial” mantido no patrimônio líquido da Companhia comporta ajustes de avaliações com aumentos e diminuições de ativos e passivos, quando aplicável.

O saldo mantido pela Companhia corresponde à adoção do custo atribuído do ativo imobilizado (*deemed cost*) para as terras florestais, opção exercida na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis convergentes aos IFRS em 1º de janeiro de 2009, no valor de R\$ 9.895 (nota explicativa 4.1) líquido dos impostos diferidos correspondentes, na alíquota de 34%.

10. RECEITA LÍQUIDA

A receita da Companhia no período decorre de contratos de arrendamento de terras firmados com empresas relacionadas.

	31.12.2025
Receita bruta de serviço de arrendamento	3.985
Impostos incidentes sobre serviço	(145)
Receita líquida de serviço	3.840
Mercado interno	3.840
Receita líquida de serviço	3.840

Política contábil

De acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconhece a receita de arrendamento de forma linear ao longo do prazo contratual, refletindo o período em que o direito de uso do ativo é disponibilizado ao arrendatário. Valores recebidos antecipadamente são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado durante a vigência do contrato.

11. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2025
Receitas financeiras	
Rendimento sobre aplicações financeiras	242
	242
Despesas financeiras	
Juros financiamentos e atualização monetária	(3.593)
Outras	(33)
	(3.626)
Resultado financeiro	(3.384)

PITANGUEIRA S.A.
CNPJ Nº 61.889.695/0001-07

DIRETORIA

Maria Gabriela Woge Liguori – Diretora
Sandro Fabiano Ávila - Diretor

Dayele Rodarte Fernandes Silva
Contadora
CRC SP317897/O-0